

# ENTREVISTA



**Cel PM RR Almir Balieiro**

*Entrevistado por Sebastião Carlos Rodrigues da Silva e  
Enzi Cerqueira de Almeida Júnior*

## RESUMO BIOGRÁFICO

Filho de pai baiano e mãe paulistana, nasceu em São Paulo, lugar onde viveu até completar 20 anos. Depois, no ano de 1979, veio para Mato Grosso, com o objetivo de fazer o concurso para a Polícia Militar, tendo passado, e logo em seguida designado para frequentar o curso de formação de oficiais na Academia de Polícia Militar da Bahia.

Na carreira da Polícia Militar em Mato Grosso, dentre as várias funções exercidas, uma foi muito significativa, profissional e pessoalmente: a de **'Comandante e Diretor da Academia de Polícia Militar Costa Verde'**. Instituição policial de ensino superior encarregada de formar os jovens oficiais da Polícia

Militar, na qual teve a oportunidade de estar à frente por quatro anos (1999-2003). O desafio era enorme e na busca de melhor compreender os processos de formação lançou-se, em 1999, no curso de aperfeiçoamento em Metodologia e Didática do Ensino Superior, promovido pela Universidade de Cuiabá (UNIC). Num primeiro momento, o curso contribuiu para a melhor compreensão, mas era pouco. Precisava apreender mais, foi quando decidiu inscrever-se no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), para o curso de mestrado em educação, aprovado em 2000, e concluído em 2003. A dissertação teve ênfase no processo ensino-aprendizagem, com o título: *'Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem: a concepção dos professores civis e militares da Academia de Polícia Militar Costa Verde'*. Em 2003, foi convidado a criar a Escola de Governo do Estado de Mato Grosso, instituição de natureza autárquica com a missão de 'contribuir para a socialização e produção do conhecimento visando a melhoria da gestão pública do Estado, dinamizando e otimizando os serviços prestados à sociedade matogrossense'. A Escola de Governo foi criada em 19 de janeiro de 2004, e em 10 de março de 2008 foi transformada em superintendência, da então Secretaria de Estado de Administração (hoje, Secretaria de Estado de Gestão - SEGES) e, desde sua criação - 2004 -, até fevereiro de 2011 foi o diretor. Entretanto, manteve uma participação permanente na área da segurança pública e principalmente na educação; atuando como docente nos cursos de pós-graduação promovidos pelo Núcleo Interinstitucional de Estudos da Violência e Cidadania (NIEVCi), da UFMT, pela Academia de Polícia Militar Costa Verde, pelo Centro de Formação e Capacitação de Praças, também da Polícia Militar e Escola de Governo do Estado de Mato Grosso. Experiência que muito colaborou para as suas compreensões e concepções nessa interdisciplinaridade de segurança pública, educação e gestão pública.

Em 2009, a busca pelo Curso de Doutorado em História Social justificou-se pelo trabalho que desenvolvia na área da educação em Mato Grosso e pelo interesse em disseminar os conhecimentos adquiridos, capacitando novos profissionais e acadêmicos na região. A proposta de estudar a História da Polícia Militar em Mato Grosso foi sendo gestada ao longo de todos esses anos de envolvimento com a

instituição. Em abril de 2014 defendeu a tese de doutorado, na Universidade de São Paulo (USP): *“As forças policiais e a ordem em terras mato-grossenses (1945-1947)”*.

**RHM - 1) Comandante, como o senhor vê a relação entre polícia e sociedade e o papel dessa polícia (em especial a Polícia Militar) na sociedade atual (Mundo, Brasil e Mato Grosso)?**

Bem. A polícia moderna, como nós a entendemos hoje, tem seu surgimento entre o final do século XVII e início do século XVIII, junto com o do Estado. E, nessas circunstâncias, a Polícia nasceu fortemente associada ao poder. Mas, é necessário destacar que a atividade policial também compreendia a proteção do patrimônio e da vida, naquela sociedade europeia. Ao pensarmos a polícia no Brasil, vamos situá-la a partir do período republicano e destacarmos dois períodos da história política brasileira caracterizada como autoritários de centralizadores: o primeiro, na década de 1930, conhecido como “Estado Novo” (1937-1945) e, o segundo, de 1964 a 1988, conhecido como “Regime Militar”. Em ambos os períodos, a concepção de “segurança pública” se confundia com a de “segurança nacional” e, certamente, esta influenciou as práticas policiais. As polícias estaduais nesses dois períodos estiveram mais a serviço do Estado - o “braço forte do Estado” -, do que à questão social, à proteção do cidadão. Entretanto, nos dias de hoje, é possível afirmar que no nosso Estado de Mato Grosso e no país como um todo, há indicativos e evidências de que a atividade policial tem se pautado à proteção social e à promoção dos direitos humanos. É assim que percebo a atividade policial em sua relação com a sociedade mato-grossense.

**RHM - 2) A formação profissional tem sido alvo de questionamentos pela sociedade e com a formação dos policiais militares se segue este mesmo caminho, porém com maior calor nessa discussão. A indissociabilidade entre teoria e prática tem sido uma preocupação na formação do profissional de segurança pública. Como apresentar um paradigma de formação profissional que atenda aos anseios da sociedade contemporânea?**

Quando a gente discute os processos de capacitação dos policiais militares no contexto da educação, eu não vejo nenhuma diferença dos desafios de qualquer área do conhecimento e os da área da segurança pública. No que tange a relação entre

teoria e prática, esta tem sido uma preocupação de algum tempo de todos os educadores. Parte desses defende que a transversalidade do conhecimento, ou seja, a indissociabilidade entre teoria e prática, é um processo do sujeito. Cabe a ele depois de se formar ou enquanto em processo de formação, fazer essa mediação, essa transversalidade entre teoria e prática e, assim, aplicar os conhecimentos teóricos construídos à sua prática.

É bem verdade que na atividade policial esses desafios são maiores ainda. Até porque, só recentemente as instituições policiais começam a assimilar ou começam a fazer uso do conceito da educação enquanto um processo permanente e continuado. Há algumas décadas, o período de formação entre as turmas de policiais era longo o que acabava, naturalmente, contribuindo para um choque de conhecimentos entre as diferentes turmas - os policiais recém-formados e os que se encontravam na prática policial há anos. Levanto a hipótese de que, o grupo mais antigo, para se defender e não demonstrar desconhecimento, fazia uso da famigerada expressão: "Teoria é uma coisa, mas aqui a prática é outra. Agora é que você vai ver o que é ser polícia"! Então, percebo que apesar deste desafio ser permanente, as instituições policiais vêm avançando e muito nesse processo. Vejamos o trabalho da Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV); os alunos são motivados à prática policial, desde as atividades de elaboração do planejamento das operações, a execução e a avaliação de toda prática policial, até porque, o egresso da APMCV é um Oficial, um comandante que deve saber planejar. Esse processo vem acontecendo de maneira sistemática e cuidadosa em toda instituição. Outro exemplo é o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) que apresenta um avanço fantástico na formação dos soldados. Está aí a 29ª turma, pioneira na formação de soldados da Polícia Militar de Mato Grosso, em nível superior. Um curso de formação de soldados com nível tecnólogo - educação superior. Esse processo tem como principal ganho a formação, a construção de conhecimentos em detrimento da simples instrução. O caráter da construção de conhecimento é destacado pela autonomia do aluno (sujeito do processo). É o aluno quem o constrói. O professor nesse curso de formação ele instrumentaliza, proporciona metodologias e técnicas de ensino aos aluno-a-soldado da Polícia Militar, ao longo do processo de formação. O aluno-a-

soldado não mais recebe o conhecimento pronto, como um produto transmitido, mas o constrói mediado pelo e junto ao professor. Não é o Oficial, não é o professor quem o instrui, quem diz: “Faça desse jeito e pronto!” Considero esses dois exemplos de formação inicial os mais importantes avanços nos processos de formação dos policiais militares. Falando ainda do curso de formação de soldados, e da indissociabilidade entre teoria e prática, este contempla múltiplas atividades extraclasse, dentre as quais destaco as atividades complementares, os estágios supervisionados e a educação situada, todas contribuições significativas à transversalidade do conhecimento. É preciso destacar que esta é uma iniciativa, até onde eu sei, resultante das reflexões do doutor Cel. PM Wilquerson<sup>1</sup> a qual permeia todo o processo político pedagógico do CFAP. Estes são esforços contínuos. Suficientes? Talvez não! Mas são esforços contínuos que buscam associar teoria e prática. O desafio está em aproximar a aplicação do conhecimento teórico nas possíveis situações a serem enfrentadas na prática policial, mas não será possível aplicá-lo em todas as situações e nem sempre. Nós sabemos disto. Porém, é preciso continuar avaliando os processos. Executando, avaliando e corrigindo. Executar, avaliar e corrigir. E seguimos avançando nesse processo. Ao pensar em sua pergunta “como apresentar um paradigma de formação profissional que atenda aos anseios da sociedade contemporânea” lembro-me de uma iniciativa pioneira que bem atende a esta questão. Refiro-me ao início da década de 90, mais precisamente em 1993, cinco anos após a promulgação de nossa Constituição Federal (1988), aquela que traz a concepção de segurança enquanto “segurança pública”, não mais enquanto “segurança nacional”.

Neste ano de 1993, foi ativada a Academia de Polícia Militar Costa Verde,<sup>2</sup> em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Noutras palavras, a Polícia Militar e a UFMT passaram a pensar juntas como melhor formar os policiais militares, em especial os Oficiais. É importante destacar que, essa discussão em nível nacional só aconteceu no final da década de 90, somente aí é que o governo federal

---

<sup>1</sup> Wilquerson Felizardo Sandes é Doutor em Educação pela Unicamp, Mestre em Educação pela UFMT; Formado em Administração; É Coronel da Polícia Militar e exerce função na Secretaria Nacional de Segurança Pública - Ministério da Justiça; (<http://www.escavador.com/pessoas/204081>)

<sup>2</sup> Criada em 27 de novembro de 1987, pela Lei nº 5.177. Entretanto, foi ativada apenas em 06 de julho de 1993, pelo decreto estadual nº 3.145.

avocou para si algumas - pequenas - responsabilidades quanto às políticas de segurança pública do país. Até porque, a preocupação com o desgaste político estava (e ainda permanece) presente sobre estas questões. Dentre estas responsabilidades, a participação das universidades nos processos de formação do policial brasileiro. E, o Estado de Mato Grosso há mais de 07 (sete) anos já vivenciava essa exitosa experiência e nela permanece. Há de se fazer justiça e render homenagens a esta briosa iniciativa e compromisso do Sr. Coronel Dival Pinto Martins Corrêa, ilustríssimo Comandante Geral da Polícia Militar de Mato Grosso e da Professora Doutora Luzia Guimarães, Magnífica Reitora da Universidade Federal de Mato Grosso que, em 10 de julho de 1993 assinaram um convênio de cooperação na área da educação, o que permitiu as valorosas contribuições dos professores da UFMT, na formação dos oficiais da PMMT. Destaco que numa cooperação como esta pouco importa quem procurou quem, o fato foi que ambos os dirigentes estavam sintonizados e comprometidos com os desafios da segurança pública, na área da educação. A Polícia Militar mantém em seus quadros de docentes, os professores da Universidade Federal de Mato Grosso, especialistas, mestre e doutores das mais diversas áreas do conhecimento corroborando de forma relevante nos cursos de formação policial promovidos pela APMCV e CFAP. Oras, olha o ganho do ponto de vista da educação! Ganharam os policiais, a instituição e principalmente a sociedade mato-grossense.

Estou seguro e convicto dos avanços que Mato Grosso conquistou na formação de seus policiais militares. Até porque, estamos tratando de um fenômeno que é a segurança pública, um fenômeno deveras complexo, no sentido elaborado por Edgard Morin<sup>3</sup>, o de estar tudo conectado, tudo junto. Não dá para separar. Não dá para fragmentar. É preciso ser compreendido em sua inteireza. Para além da complexidade, o fenômeno da segurança pública é dinâmico, não para, transforma-se

---

<sup>3</sup> Segundo biografia no site Wikipedia, Edgar Morin, pseudônimo de Edgar Nahoum (Paris, 8 de Julho de 1921), é um antropólogo, sociólogo e filósofo francês judeu de origem sefardita. Pesquisador emérito do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique). Formado em Direito, História e Geografia, realizou estudos em Filosofia, Sociologia e Epistemologia. Autor de mais de trinta livros, entre eles: *O método* (6 volumes), *Introdução ao pensamento complexo*, *Ciência com consciência* e *Os sete saberes necessários para a educação do futuro*. Disponível em < [https://pt.wikipedia.org/wiki/Edgar\\_Morin](https://pt.wikipedia.org/wiki/Edgar_Morin) >. Acessado em 10 de junho de 2015.

permanentemente. Daí a necessidade da sociedade, das instituições e da Polícia Militar continuarem a enfrentar os desafios que se apresentam.

Outro avanço significativo no campo da formação policial se deu com a criação do Núcleo Institucional de Estudos da Violência e Cidadania (NIEVCi) da UFMT. Se eu não estiver enganado, ocorrido entre 2000 e 2002, tendo como coordenador o Prof. Dr. Naldson Ramos da Costa, um sociólogo mato-grossense que chamou pra si as discussões sobre segurança pública. Naturalmente, com seu olhar de sociólogo, um olhar crítico sobre a condução das políticas em segurança pública e, particularmente sobre as práticas policiais. Ao longo de mais de uma década, o NIEVCi, sob a coordenação do Prof. Dr. Naldson, realizou mais de uma dezena de cursos de pós graduação na área de segurança pública, o que proporcionou contribuições relevantes para a segurança pública com importantes reflexos para a sociedade. Destas, destaco a produção científica sobre as questões da segurança pública elaboradas pelos próprios policiais, além do fato de, em alguns cursos, a participação de alunos da comunidade, contemplados com bolsas. Olha que interessante! A população, a sociedade, o cidadão participando de cursos de especialização em segurança pública e ajudando a construir conhecimentos e melhor compreender o complexo fenômeno da violência e criminalidade.

Assim, o conhecimento construído, (re) significado é elaborado por diferentes atores que participam desse processo; pelos policiais, professores civis e militares e, eventualmente, pelos representantes da sociedade. Nessa multiplicidade de atores, envolvidos na produção de conhecimento, há de se lembrar o grande educador brasileiro Paulo Freire<sup>4</sup>, “não há quem ensine que não aprenda. E não há

---

<sup>4</sup> Segundo biografia apresentada no site Wikipedia, “Paulo Reglus Neves Freire (Recife, 19 de setembro de 1921 – São Paulo, 2 de maio de 1997) foi um educador, pedagogista e filósofo brasileiro. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da Pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica. É também o Patrono da Educação Brasileira. Sua prática didática fundamentava-se na crença de que o educando assimilaria o objeto de estudo fazendo uso de uma prática dialética com a realidade, em contraposição à por ele denominada educação bancária, tecnicista e alienante: o educando criaria sua própria educação, fazendo ele próprio o caminho, e não seguindo um já previamente construído; libertando-se de chavões alienantes, o educando seguiria e criaria o rumo do seu aprendizado. Destacou-se por seu trabalho na área da educação popular, voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência política”. Disponível em < [https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo\\_Freire](https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Freire) >. Acessado em 10 de junho de 2015.

quem aprenda que não ensine". Eu tenho certeza que os professores civis, dos mais diferentes Estados da Federação, que tem participado desses cursos, também têm aprendido um pouco sobre os desafios da segurança pública. Todos nós queremos a mesma coisa: Queremos PAZ! Queremos harmonia, não é mesmo? Por essas contribuições, eu destaco o papel e a postura do Prof. Dr. Naldson a frente do NIEVCi. De igual forma, eu destaco as contribuições do Ten Cel. PM Dr. Edson Rondon, na institucionalização deste Centro de Desenvolvimento e Pesquisa da Polícia Militar, recém-criado, com a nobre proposta de produzir e socializar pesquisas na área da segurança pública. Há de se destacar que tratam de pesquisas que transcendem os muros da Instituição Polícia Militar, pesquisas que vão para a sociedade e assim possibilitar que todos nós, mais uma vez, compreendamos cada vez mais um pouco do quão complexo é o fenômeno da segurança pública, tomando consciência desse processo e um pouquinho mais poder melhor escolher os caminhos daqui pra frente.

**RHM - 3) O ensino policial militar na PMMT, tem duas frentes ou escolas bem distintas a Escola de Formação de Oficiais e a Escola de Formação de Praças, porém visando formar, capacitar e preparar o profissional para servir a sociedade. Na sua concepção é um modelo que deve ser mantido ou há espaço para uma formação única?**

Eu não diria formação única! Se nós estamos falando de Oficiais e de Praças! Mas talvez uma carreira única e, por conseguinte uma Escola única com diferentes processos. Compactuo da concepção da educação como permanente continuada. Permanente porque ela se dá ao longo da vida. E continuada porque a cada processo, atinge-se novos patamares, atinge-se novos níveis de conhecimento mais elaborado, ou seja, nós poderíamos ter diferentes formações iniciais com uma única escola, com uma única concepção de segurança pública, com uma única concepção de profissional, onde esse candidato a profissional de segurança pública entraria ali pelos primeiros níveis. Noutras palavras, da forma como a Polícia Militar está estruturada hoje, o candidato entraria como policial militar, como soldado, e lhe seria oportunizado novos cursos, novos critérios de ascensão na carreira. Em determinado momento esse curso poderia ser um novo curso que se aproximaria do que temos na

formação de Oficiais. Desde que aquele policial tenha e apresente os critérios reconhecidos como fundamentais para ser um comandante, no meu ponto de vista não faz diferença que ele seja civil ou que ele seja sargento, cabo ou que seja soldado.

Talvez a nossa preocupação deva ser com os critérios a se estabelecer. Quais são os critérios mínimos necessários para entrar hoje na instituição policial militar? Pra ser um soldado o que é preciso? Quanto aos cursos, quais competências e habilidades esse soldado deve possuir, ou desenvolver? Assim como para o sargento, tenente, capitão, até o coronel. Hoje, sinto-me convicto de uma escola única, uma carreira única e que nós nos preocupemos com os critérios de ingresso e com as competências e habilidades a serem desenvolvidas. Qual seria o maior ganho? É bem verdade que o maior ganho seria pessoal, num primeiro plano e institucional, num segundo plano! Mas, eu acredito que na medida em que haja uma carreira única, muitas das questões que ainda permanecem, entre praças e oficiais, seriam minimizadas. É possível afirmar que, nas últimas décadas houve uma proximidade entre Praças e Oficiais. Mas na medida em que a gente passa a ter uma carreira única, muitos dos desgastes que ainda permanecem entre Praças e Oficiais seriam absorvidos e em decorrência, os reflexos seriam percebidos interna e externamente, na qualidade de um melhor serviço policial.

**RHM - 4) As metodologias de ensino-aprendizagem na formação do “futuro” Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso tem sido modificada acompanhando às vertiginosas transformações das sociedades contemporâneas. Como ainda atender essa demanda e manter traços fortes e marcantes do ensino militar?**

Pois é, difícil desprender-se de algumas características fortes e solidamente presente no ensino militar. Como se desvencilhar de ensinamentos na linha de Augusto Comte? E de outros pensadores que seguiam essa linha de pensamento? Há um certo período, prevalecia em nosso meio a metodologia da educação bancária, aquela em que o professor sabe tudo é o dono da razão e do conhecimento, e o aluno um simples receptor. Mas a aproximação com a universidade permite o deleite ao pensamento de Paulo Freire e outros. Permite a produção de pesquisas científicas de caráter qualitativo pelos policiais militares, desloca-se o foco, sai do pesquisado

tratado como objeto e passa a ser sujeito da pesquisa, isso parecia ser muito distante, em razão dos traços marcantes do ensino militar à época. Então como se conseguiu conciliar essa diversidade na formação desse profissional?

Bem eu tenho dito e repito que os processos de educação são complexos e continuam avançando, assim como a educação avança como um todo, apesar de seus dilemas, dúvidas e desafios. O desafio da educação centrava-se em transcender de uma concepção tradicional de ensino - a que o professor ensina e o aluno aprende não é -, para uma concepção construtivista - na qual aluno e professor constroem juntos o conhecimento. Contudo, o desafio era de como fazer essa passagem de um modelo para o outro. Foi preciso aprender, investir na qualificação de professores e de técnicos da educação e, gradativamente ir aperfeiçoando os processos de ensino-aprendizagem. Tomemos como exemplo um dos elementos básicos<sup>5</sup> do processo educativo; a avaliação (ou a prova). Até recentemente, a avaliação era utilizada como a “arma” do professor e não estou falando apenas do ensino policial, não é mesmo? A avaliação ou a “prova” era o instrumento de poder do professor. Esta concepção fazia parte do “modelo tradicional de ensino”, na maioria das instituições de ensino do Brasil. (RHM: “Um grande desafio estabelecer esse método”). Isso mesmo! Mas então como se faz? Vem se aprendendo, e a propósito dessa questão da educação em 2002 e 2003, eu tive a oportunidade de fazer uma pesquisa sobre esse elemento do processo educativo; a avaliação do processo ensino-aprendizagem, na academia de Polícia Militar Costa Verde. Na ocasião, o corpo docente era composto por metade de professores policiais militares e metade de professores civis. Como eu disse há pouco, todos oriundos da UFMT. De tal forma, mesmo neste contexto, os desafios em lidar com a “avaliação” eram os mesmos, indiferente de ser professor civil ou militar, o aluno percebia criticamente a forma com que o professor trabalhava o processo de avaliação, e não a condição de civil ou militar. Ainda, não se tratava da avaliação ou “prova” ser difícil ou não, por incrível que pareça. A crítica dos alunos ia à falta de comunicação, na falta de transparência, na falta de diálogo entre professor e aluno,

---

<sup>5</sup> Segundo Novak, a avaliação juntamente com o professor, o aluno, o contexto e o conhecimento formam os cinco elementos básicos do processo educativo. Ver: Balieiro, Almir. *Avaliação do processo ensino-aprendizagem: a concepção dos professores civis e militares da Academia de Polícia Militar Costa Verde –MT*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, 2003.

no sentido de se estabelecer como a avaliação ia ocorrer, de quais seriam os critérios a serem utilizados pelo professor na avaliação. Caso houvesse um acordo entre professor e aluno, no sentido de se fazer avaliação diariamente, desde que acordado, não havia problema por parte dos alunos. Veja que interessante, do ponto de vista pedagógico. Qual era a crítica do aluno? Às famosas “pegadinhas”, as famosas “provas surpresas”, as famosas punições com provas, do tipo “ah! é assim, então vamos fazer uma prova agora”. Aqui se concentravam as críticas dos alunos quanto a avaliação. Eu penso que educação vem avançando como um todo e, nesse sentido, a educação voltada para os profissionais de segurança pública dos policiais militares, propriamente dita, tem acompanhada este avanço. O nosso desafio é o de permanecermos atento se esses processos vêm ou não contribuindo para o desenvolvimento das competências que julgamos necessárias à instituição Polícia Militar e, principalmente, à sociedade mato-grossense. Esse cuidado, nós devemos manter permanentemente, pois, como já foi dito, trata-se de um processo dinâmico. Assim, independente da graduação/posto, do soldado ao coronel, nossa atenção deve estar voltada para o desenvolvimento das competências e habilidades requeridas tanto pela instituição, tanto pela sociedade.

**RHM - 5) Pela sua experiência profissional como Oficial Inativo da PMMT, por ter estudado e por ter si formado em outra unidade federativa (Estado da Bahia), por ter atuado à frente de várias funções e comandos estratégicos, dentre eles a de “Comandante da Academia de Polícia Militar”, o que mudou na Polícia Militar de Mato Grosso ao longo dos últimos 40 anos?**

Eu me aposentei há 11 anos e tenho a impressão que agora que eu começo a compreender um pouquinho de segurança pública. Isto para dizer que estamos sempre aprendendo. Formei-me na Bahia em 1982, o Brasil estava ainda no finalzinho do regime militar. Revendo o meu histórico escolar, observei que no primeiro ano do CFO, eu tive a disciplina de “guerra revolucionária”, uma disciplina própria de “guerra” ministrada em um curso de formação de policiais. Contudo, era esta a realidade social no país e as instituições, inclusive as polícias, eram influenciadas por esta realidade. Lembro-me, inclusive de um fato histórico

lamentável que aconteceu na Bahia enquanto nós realizamos o curso, que resultou na morte de policiais, em razão de um confronto entre militares da Marinha e policiais militares da nossa coirmã baiana. Outra disciplina do curso - no segundo e no terceiro ano - foi a de "Operações de Defesa Interna e Defesa Territorial", ou seja, a concepção de segurança compreendida enquanto "segurança nacional", de combate, de combate ao inimigo externo, e nessa concepção a polícia combatia o inimigo interno, combatia o criminoso. Percebo, ao longo dessa recente história que aquela realidade envolta numa concepção de guerra tem ficado para trás. É bem possível que ainda haja alguns resquícios que permanecem, entretanto, é possível afirmar que a relação entre polícia e sociedade civil, bem como, com as demais instituições avançou para melhor; para uma maior proximidade. Há pouco mais de 50 anos, 60 anos, a atividade da Polícia Militar, era interna, uma tropa aquartelada que saia apenas quando havia necessidade (para atender ocorrências).

Na área da educação, falamos acima, sobre os avanços nos processos de formação dos policiais - praças e oficiais. Noto outro avanço importante que foi o fato de a "área da segurança pública" ter passado a ser objeto de estudos das universidades. Até a década de 70 e 80, pouquíssimos estudos foram realizados pela academia, em todo o país. A associação da área de segurança, da polícia com o período militar, provavelmente manteve os intelectuais, digamos, um tanto que distantes deste debate. Apenas nas últimas três décadas a polícia passou a merecer uma maior atenção por parte dos pesquisadores. Três décadas, do ponto de vista da história é um período "imperceptível". Especialistas, mestres e doutores das mais diferentes áreas do conhecimento começaram a pesquisar, pesquisar para, antes de tudo, melhor conhecer e, depois, para melhor intervir em políticas públicas. O se debruçar sobre as questões da segurança pública, pesquisando-as com propriedade, também o fizeram os próprios policiais - oficiais e praças - ao se lançarem em estudos de especialização, de mestrado e de doutorado, nas mais diferentes universidades brasileiras, isso é fantástico! Como fiz notar acima, aqui também ocorreu uma maior proximidade entre oficiais e praças; o que considero uma mudança positiva e significativa. **(RHM - As próprias associações hoje é um exemplo. Elas sempre brigaram separadas e hoje se percebe uma única voz**

**ecoando em prol dos policiais militares de todas as associações)** Sim! E você traz uma contribuição relevante para esta discussão, ou seja, as associações de policiais militares também avançaram, mas quanto tempo ficaram aí brigando? Quantas vezes o Comando Geral foi obrigado a promover arranjos nas políticas salariais, num esforço de atender oficiais e praças? Hoje as associações de praças e oficiais discutem e apresentam propostas salariais em comum acordo. Por isso, eu repito, que todo e qualquer entrave corporativo que dificulte essa relação deve ser superado. Ganhará a instituição e ganhará a sociedade. Outra mudança significativa se deu no sentido de maior proximidade com a população. Foram várias iniciativas nas últimas três décadas, passando pelo “policiamento alpha”, sob a orientação do Cel PM Altair das Neves Magalhães – então Comandante Geral da PMMT, até a implantação da filosofia de “Polícia Comunitária” hoje concretizada no modelo de “Bases de Polícia Comunitária”, certamente com muitos desafios a serem superados. Mudanças que apresentaram e, ainda apresentam, resistências culturais tanto por parte de policiais, quanto por parte da comunidade.

Não obstante os desafios, os avanços, gradativamente, vão acontecendo, ao mesmo tempo em que se vislumbra a possibilidade da melhoria da sensação de segurança, e até mesmo da redução da criminalidade. Quando falo da comunidade, da população, falo da boa população, daquela população preocupada com a sua qualidade de vida. De uma população que luta por melhoria na educação, por melhoria na segurança, por saúde, que luta, lamentavelmente até hoje, pelas condições mínimas de saneamento. Nós estamos no século XXI, nós estamos no ano de 2015, e boa parte da população de Mato Grosso, e principalmente de Cuiabá que é uma capital, vive sobre os esgotos, isto é deplorável! É claro que tudo isso interfere no nível de stress, na qualidade de vida, nas relações intrafamiliares, na educação dos filhos. É com esta realidade que lida o policial militar. Retornemos às mudanças ocorridas nas últimas décadas, talvez, a mais significativa de todas – seguramente a mais importante – foram as práticas policiais. Eu acredito que, a forma com que o policial atua tem mudado, tem sido mais respeitosa, mais profissional. Talvez ainda distante da forma almejada, algumas delas ainda marcadas por abuso e excesso no uso da força sim, sim, lamentavelmente, mas uma minoria. É preciso lembrar, como

registrado acima, que nestes últimos quarenta anos, passamos por três paradigmas de segurança pública (o de segurança nacional, de segurança pública e, por fim, de segurança cidadã). Cabe à instituição não envidar esforços no sentido da melhoria da qualificação do policial, das técnicas policiais – a exemplo da institucionalização dos “procedimentos operacionais padrão” (POP) -, do emprego de armamento “menos que letal”, dentre outras técnicas que promovam o respeito aos direitos humanos.

**RHM - 06) Esse modelo de ciclo incompleto de polícia atual em nosso país, é muito questionado e criticado. As críticas perpassam pelo coro da desmilitarização das polícias militares e a unificação das forças policiais. Qual a sua opinião a respeito? E como é possível repensar, reformular e fazer surgir um novo paradigma de polícia brasileira?**

A minha opinião é de que as polícias estaduais – civis e militares – devem realizar o ciclo completo de polícia, entretanto não como polícia única. Eu penso que uma polícia única, seria atribuir muito poder a uma única instituição e isto não seria bom para a sociedade. (RHM - centralização de poder?), exatamente, mas, o ciclo completo para diferentes polícias, sejam elas federais, estaduais, e até mesmo as municipais. A propósito, é passada a hora do município se posicionar e se comprometer com as questões da segurança pública. Porém, é preciso que cada modelo de polícia seja construído por todos os atores imbrincados, todos os atores comprometidos; a academia, o poder público representado pelas mais diferentes instituições, dos diferentes poderes e, fundamentalmente, com a participação da sociedade.

Acredito que a eficácia e a efetividade das instituições seriam melhoradas com ciclo completo de polícia independente de quantas instituições eventualmente venham se constituir. A bem da verdade, na prática, as polícias estaduais realizam o “ciclo completo”. É notório e recorrente presenciarmos policiais civis fardados exibindo armas no coldre, viaturas caracterizadas, aeronaves caracterizadas, fazendo operações, fazendo blitz e outras práticas próprias de policiamento ostensivo, ou seja, de competência das Polícias Militares. Estas mesmas práticas têm caracterizado inclusive as guardas municipais. Com os policiais militares não tem sido diferente, estes, de forma velada, são empregados em investigações típicas de polícia judiciária.

Quanto à desmilitarização, eu preciso destacar as suas três dimensões: a disciplina, a estética e a concepção de segurança, que carrega consigo a “concepção de inimigo”. A primeira dimensão não há o que discutir, há de se ter disciplina em toda e qualquer instituição, inclusive nas civis públicas e privadas. A disciplina é fundamental até para a construção do conhecimento, há de se ter disciplina para aprender, muito mais do que inteligência. A segunda dimensão - a estética - é que identifica, de relance, a que oficializa, revela a presença do Estado na rua; trata-se do policial militar “fardado”. Assim como a primeira dimensão, esta também não há o que ser contestada. Entretanto, a terceira dimensão - a concepção de inimigo - está contida no paradigma de uma segurança pública, compreendido como “segurança nacional”. Os reflexos desta concepção de inimigo influenciaram os policiais na construção de uma luta, de uma “guerra contra o criminoso” e não contra o crime. O nosso propósito deve ser de conter o criminoso e tomar as medidas que a legislação e a constituição recomendam que sejam tomadas. Ao retornarmos a um passado recente, é possível encontrar alguns fatos na história que tenham contribuído para a concepção em epígrafe. Já nos referimos a estes períodos no início de nossa entrevista, contudo, não é demais registra-lo, o primeiro tratou-se do “Estado Novo” (1937-1945) e, o segundo período - mais longo -, foi o “Regime Militar”, instituído em 1964 e finalizado em 1988, com a promulgação da Constituição Federal. Os dois períodos marcados por um regime autoritário e centralizador e, da mesma forma, influenciaram marcadamente a compreensão de segurança enquanto “segurança nacional”. Com a CF (1988) a concepção de segurança avançou para uma compreensão de “segurança pública”; dever e responsabilidade de todos, não apenas das instituições policiais, mas da própria sociedade civil organizada. Contudo, não foi o bastante para promover práticas policiais voltadas à proteção dos cidadãos. Apenas na última década, a concepção de segurança avançou para o que hoje chamamos de “segurança cidadã”. Uma concepção que orienta e dá ênfase à prevenção e a promoção dos direitos humanos. Com esta visão sobre a segurança, emerge também, uma clareza maior sobre os fenômenos da violência e da criminalidade e a consciência, principalmente por parte dos policiais, de que não podemos resolver tudo sozinhos. Acredito que esta reflexão é muito importante, pois

o policial passa a compreender que há outros atores em outras esferas encarregados da busca de soluções às questões da criminalidade e da violência. Destaco que não se trata de diminuir a responsabilidade do policial, muito pelo contrário, que ele seja cada vez mais responsável por seus atos e práticas, mas que não seja responsável de ter que resolver tudo e sozinho, de um jeito ou de outro. **(RHM - Seria como um...último recurso?)**, isso, ele tem que resolver. Não, ele não tem que resolver tudo e sozinho, apenas o que é de sua atribuição. A concepção de “segurança cidadã” vai ao encontro da filosofia, ou estratégia, da polícia comunitária; a de uma construção coletiva, onde a participação da sociedade é preponderante. Não obstante os esforços por parte da sociedade, esta participação ainda deixa a desejar e, acredito eu, não por falta de interesse da sociedade, mas, sobretudo, porque esta participação não é promovida sequer pelo poder público. Muitos dos membros de Conseg<sup>6</sup>, não possuem qualquer tipo de prerrogativa; uma dispensa do serviço - mesmo que traduzido em algumas horas - nem das instituições públicas, muito menos das instituições privadas. Poder participar é uma coisa, agora, ter condições de participar é outra. Neste sentido, é preciso pensar em alternativas para aquelas pessoas que estão dispostas a discutir as questões da segurança pública, efetivamente tenham a possibilidade de fazê-lo.

Então, a gente tem nesse recorte temporal (1930 - 2000), o estabelecimento destes três paradigmas de segurança: a segurança enquanto segurança nacional, e depois para segurança pública e, por fim, para segurança cidadã. Contudo, o novo paradigma não surge quando o antigo se exauriu, o novo paradigma surge quando o antigo está descendente, está decrescente, permitindo a coexistência de diferentes paradigmas e, com eles, a permanência de valores, conceitos, crenças e de cultura diferente e muitas vezes antagônicos. Apesar destes desafios, eu acredito que temos avançado na compreensão de uma polícia cidadã. Certamente, há muito pela frente!

---

<sup>6</sup> CONSEG (Conselho Comunitário de Segurança), se encaixa perfeitamente à orientação do art. 144 da Constituição Federal do Brasil, quando diz que a preservação da ordem pública é dever do Estado, porém, direito e responsabilidade de todos. Contudo, a ideia do Conselho Comunitário de Segurança surgiu para criar um espaço onde todos poderiam se reunir e pensar estratégias de enfrentamento dos problemas de segurança, tranquilidade e insalubridade da comunidade, orientados pela FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA. (<http://www.conseg.pr.gov.br>)

### **RHM - Suas considerações finais**

Eu parablenizo o “Centro de Desenvolvimento e Pesquisa da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso” em seu nome Ten Cel PM Sebastião Carlos Rodrigues da Silva e de toda sua equipe. Parablenizo ainda todos os policiais militares, professores e funcionários civis da Polícia Militar por seu esforço e dedicação à segurança pública e lembrar que todos nós temos o mesmo propósito: o de melhorar as relações sociais e, direta ou indireta, contribuir com a paz social. Entretanto, não podemos esquecer que o maior desafio das polícias, desde o seu surgimento permanece: a sua ambiguidade, são instituições com atribuições de defesa do Estado e, ao mesmo tempo, de proteção social. Aí reside a questão: como lidar com as realidades que se encontram na intersecção destas atribuições? Finalizando, eu quero deixar como reflexão a contribuição do grande historiador Marc Bloch<sup>7</sup>, núcleo central do referencial teórico que balizou a minha pesquisa sobre “as forças policiais e a questão da ordem em terras mato-grossenses (1945-1947)”, em suas palavras: “numa sociedade qualquer que seja tudo se comanda mutuamente, a estrutura política e social, a economia, as crenças, as manifestações mais elementares e mais sutis da mentalidade”. No passado nós tomamos algumas decisões que nos trouxeram onde nos encontramos e, se não estamos contentes com esta realidade, caberá a nós, e não poderemos fugir desta responsabilidade, de tomarmos outras decisões que supostamente acreditamos serem melhores. Estas decisões deverão levar em conta a cooperação, a responsabilidade, o respeito, a diversidade e a possibilidade de mudança. Eu acredito na possibilidade de um futuro melhor!

---

<sup>7</sup> Segundo biografia constante no site Wikipedia, “Marc Léopold Benjamim Bloch (Lyon, 6 de julho de 1886 – Saint-Didier-de-Formans, 16 de junho de 1944) foi um historiador francês notório por ser um dos fundadores da Escola dos Annales<sup>1</sup> e morto pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial”. Disponível em: < [http://pt.wikipedia.org/wiki/Marc\\_Bloch](http://pt.wikipedia.org/wiki/Marc_Bloch) >. Acesso em: 26/05/2015 às 14:33.